

20 SET 1986

ESTADO DE SÃO PAULO
ECONOMIA - BRASIL

Nos anos 50, um deputado queria extinguir a lei da oferta e da procura, que muito o incomodava... O atual governo parece querer quase a mesma coisa. Quando o mercado resultante do choque entre a oferta e a procura não lhe agrada, ele não cuida de um dos elementos que comandam o mercado, mas, para resolver o problema, extingue o mercado.

Não era difícil prever que a política seguida pelo governo, após a decretação do Plano Cruzado, provocaria um choque de demanda. Com efeito, congelaram-se os preços, desencorajou-se a poupança (com a taxa de juros negativa) e elevou-se a renda, enquanto a liquidez se tornava-excessiva. Não era possível pensar que, sem poupança, fosse possível financiar os investimentos de que o País necessita, nem tampouco que, se existissem recursos para financiá-los, pudessem eles frutificar imediatamente, sem se abrir um gap entre a oferta e a procura. A primeira coisa a fazer seria conter a explosão da demanda. O governo não quis enxergar, durante meses, tal explosão e, hoje, diante do problema surgido, pretende resolvê-lo acabando com os mercados que refletem os desequilíbrios que ele não procurou evitar.

A intervenção na Bolsa de Mercadorias de São Paulo é apenas uma investida dessa campanha do governo contra os mercados. Outras intervenções foram praticadas antes e esta certamente não será a última investida contra a lei da oferta e da procura. Mas a intervenção na Bolsa de Mercadorias é muito sintomática. Com efeito, os pregões para operações futuras desempenham importante função no organismo econômico: trata-se de um mercado que se procura manter tão puro quanto possível, perfeito como o mercado com que todos os economistas sonham. A Bolsa tem a vantagem, especialmente no tocante ao mercado futuro, de fornecer indicações preciosas aos mentores da política econômica, de prenunciar uma situação sobre a qual, a partir dessas indicações, se pode atuar. As tendências das cotações futuras para o boi gordo não agradaram nossas autoridades, que sentiam abalada sua visão otimista do futuro. Por isso, decidiram extinguir o indicador de tendências, em lugar de resgir contra as indicações. Nem chegaram a considerar que o mercado futuro é um elemento es-

sencial para a estabilidade dos preços reais. Trata-se de um primeiro passo na investida contra todos os mercados que não se conformarem com os desenhos do governo.

A medida pode estender-se a outras atividades financeiras. Já houve uma intervenção policial contra os doleiros, para se eliminar um indicador (que deve ser interpretado com cautela) de que a situação cambial poderia ser menos tranquila do que se afirma. O governo fica irritado também com a alta das taxas de juros no mercado futuro, mesmo quando é provocada pelo Banco Central, na colocação de seus papéis. É possível que este mercado também seja eliminado. Se for, talvez venha a ser suprimida até a liberdade de fixar as taxas de juros, que o Banco Central se empenhou denodadamente em preservar, ficando, aliás, com um dos poucos setores da economia imunes ao congelamento.

Foi o congelamento dos preços que originou a escassez e o ágio, que tanto irrita o governo. Ao perceber que tinha de reajustar alguns preços a fim de conter a demanda e aumentar suas receitas, optou este por um sistema de "emprestimos" compulsórios, que não permitiu que repercutisse nos índices oficiais de preços. Começou com a gasolina, o álcool carburante e os automóveis, mas, com isso, oferece justificativa à pressão de outros setores, que querem também "emprestimos" compulsórios sobre as tarifas de energia elétrica e sobre o aço. Pretende-se, deste modo, conter a demanda sem afetar os índices do custo de vida.

O resultado é exatamente contrário ao buscado, pois, por não incluir em seus índices oficiais os aumentos reais, favorece a publicação paralela de outros índices, que servem de base às reivindicações salariais (o mercado de trabalho também existe), que anulam os esperados efeitos da contenção da demanda.

O governo tem de convencer-se de que o mercado existe e de que não há intervenção que possa aboli-lo, malgrado as apariências. Tem de entender que, com sua atitude, está encaminhando a economia nacional para um regime em que a ausência de liberdade econômica ameaçará seriamente a liberdade política, isto é, o próprio regime democrático, cujo restabelecimento exigiu tantos esforços.